

8/1, um dia sem heróis

Brasil foi exceção à regra diante de outras tentativas frustradas de golpe

Demétrio Magnoli

Sociólogo, autor de "Uma Gota de Sangue: História do Pensamento Rascão". É doutor em geografia humana pela USP

Frustrar tentativas de golpe de Estado geralmente faz heróis. Pense em De Gaulle, no 23 de abril de 1961, em Juan Carlos, rei da Espanha, no 24 de fevereiro de 1981, e em Boris Yeltsin, no 19 de agosto de 1991. O Brasil foi exceção à regra, como se depreende do incisivo documentário "8/1, A Democracia Resistiu", de Jula Duilibi e Rafael Norton, produzido pela GloboNews. Naquela data de 2023, sobram viles, mas não emigraram heróis.

Janja sai bem na fita, mas na medida certa em que Lula e seus conselheiros próximos saem chamuscados. Elaacen-

deu o alerta contra a hipótese de GLD, algo que cairia como luva no roteiro sonhado pelos golpistas. Surpreende, negativamente, que políticos calculados como o presidente, Flávio Dino, Alexandre Padilha e cia não tenham matado essa chamada antes da jovem primeira-dama.

Quem se saiu pior, no governo, José Mácio. O ministro da Defesa pediu GLD. Desde sua indicação, antes da posse, Mácio resolveu declarar que os acampamentos bolsanistas diários dos quartéis pertenciam à democracia, esquecendo-se do veto legal à ação política em

áreas militares, especialmente quando se trata de conclusão de um golpe de Estado. A leniência do ministro frente aos acampamentos — compartilhada, silenciosamente, pelo presidente — pauperizou a trilha para o desastre. O acampamento montado às portas do QG do Exército funcionou como trampolim para a mobilização golpista.

No 8/1, segundo ele mesmo, Dino limitou-se a "abrir o cordão" de opções legais. Acatando o conselho de Janja, no calor da hora, Lula tomou a decisão certa: intervenção na segurança pública do DF. Ali,

agora sabemos, Dino e Padilha esquivaram-se da missão em nome da preservação de seus mandatos de senador e deputado, respectivamente. Não achemos bonito: se a democracia estava em jogo, como fugir à raiz? Sobrou Ricardo Cappelletti, o lugar-tenente de Dino, que agurou o touro pelo chifre. Contado, registra o documentário, Lula preferiu ceder a ordens diretamente a Arruda, de credenciais lequistas impecáveis, que tem a complexa missão de descontinuar a oficialidade militar. De positivo, foi principalmente isso que produziu um 8/1 sem heróis.

Comando Militar do Planalto — era grande demais. No seu ponto culminante, o documentário ilumina a impasse entre a tropa da PM do DF, liderada por Cappelletti, e o bloco militar montado à frente do acampamento, que incluía veículos blindados.

Os dois generais decidiram proteger os golpistas contra o governo legal, usando o pretexto de que uma ação noturna provocaria um "banho de sangue". As forças do Exército estavam prontas a enfrentar a tropa de choque da PM, mas supostamente temiam render uma chusma de zumbis encharcados em cerveja e lambuzados de churrasco.

Contado, registra o documentário, Lula preferiu ceder a ordens diretamente a Arruda, de credenciais lequistas impecáveis, que tem a complexa missão de descontinuar a oficialidade militar. De positivo, foi principalmente isso que produziu um 8/1 sem heróis.

Infelizmente, o documentário lança poucas luzes sobre o defeito: a reunião, no Comando Militar do Planalto, entre Arruda e generais do Alto Co-

mando do Exército com Dino, Mácio, Cappelletti e o coronel Fábio Augusto, da PM. Vê-se, após uma ameaça implícita de Arruda a Fábio Augusto, firmou-se o "acordo" de adiar as prisões para a manhã seguinte. "A última palavra foi do Exército", explicou Duilibi, com precisão cirúrgica.

Sabia-se, naquele dia, que o tal "banho de sangue" não passava de uma alegação ridícula. Sabia-se, desde o dia seguinte, o motivo verdadeiro da resistência de Arruda em efetuar de imediato as prisões: no acampamento golpista circulavam parentes de altos oficiais do Exército. A informação, porém, não apareceu no documentário.

Arruda, exonerado, deu lugar ao general Tomás Paiva, de credenciais lequistas impecáveis, que tem a complexa missão de descontinuar a oficialidade militar. De positivo, foi principalmente isso que produziu um 8/1 sem heróis.

TSE avança sobre big techs com regra de inteligência artificial

Especialistas apontam falta de clareza em proposta que passará pela corte

José Marques

BRASÍLIA. Com a divulgação de uma minuta de resolução que tem como principal objetivo regulamentar o uso de inteligência artificial nas eleições municipais deste ano, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) busca ampliar a responsabilização de big techs por conteúdo publicado em redes sociais. Ponto-chave da proposta do tribunal, que ainda deve ser aprovada no plenário da corte, é atribuir responsabilidades chamadas "provisórias de aplicação de internet" que vinculam conteúdo eleitoral.

Eles devem, segundo o texto, adotar e publicar "medidas para impedir ou diminuir a circulação de conteúdos ilícitos que atinjam a integridade do processo eleitoral".

Entre essas medidas estão garantias de "mecanismos eficazes de notificação, acesso a canal de denúncias e ações corretivas e preventivas".

Também estabelece regras sobre outras questões relacionadas à propaganda eleitoral na internet, como impedimento de conteúdos pelas empresas e às lives eleitorais.

O que o TSE tem destacado do texto é, sobretudo, a obrigatoriedade de a propaganda eleitoral informar explicitamente o uso de conteúdo fabricado ou manipulado por meio de tecnologias digitais.

As propostas vêm no esteio de vacação do Legislativo em relação ao tema, apesar de diversas cobranças dos ministros da corte eleitoral no último ano.

Envios de discursos, o presidente do tribunal, Alexandre de Moraes, defendeu punições ao uso de inteligência artificial para manipular eleições.

"Manipulou o eleitor, ganhou a eleição, multa. A sanção deve ser drástica. O uso deve ser utilizado de inteligência artificial para manipular a vontade do eleitor para ganhar as eleições, se descoberto for, cassação do registro, e se for eleito, cassação do mandato", disse, em dezembro.

A época, Moraes reforçou um pedido regulamentar do órgão ferramenta pelo Congresso.

Também disse que, apesar de ser um avanço tecnológico, a inteligência artificial pode ser desvirtuada pelas big techs e, por isso, elas devem ser responsabilizadas.

A ausência dessa regulamentação é vista por especialistas como um dos motivos



O presidente do TSE, Alexandre de Moraes, em sessão no Supremo. Ueslei Mazzetto - 13 set 23/Reuters

para que o tribunal proponha uma resolução sobre o tema.

No ciclo eleitoral de 2024, não tivemos uma reforma aprovada pelo Congresso, a proposta passou apenas pela Câmara dos Deputados, contudo não foi adiante no Senado", afirma Edson Borowski, servidor da Justiça Eleitoral e membro da Abradej (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político).

"É importante chamar a atenção que os espaços da internet (mídias sociais e apps de mensagens) têm sido o principal foco da intervenção da Justiça Eleitoral, pelo menos desde as eleições de 2018", afirma.

O texto ainda vai ser debatido em audiência pública no dia 25 de janeiro, antes de ir ao plenário da corte, mas já divide especialistas. Os questionamentos vão de falta de clareza a entraves para o cumprimento das normas.

"Cria-se o dever de transparência sobre os provedores de aplicações de internet na prestação de serviços de impulsionamento de conteúdos, ainda quando verificados em período anterior ao das campanhas eleitorais", diz Alexandre Freire Pimentel, desembargador do Tribunal de Justiça de

Pernambuco e também membro da Abradej.

No entanto, apesar de obrigações de transparência sobre publicidade e sobre valores pagos, Pimentel diz que não há meios tecnológicos eficazes para determinar a real dimensão dos impulsionamentos.

"Os sistemas utilizados pelos provedores são redes neurais opacas e os seus códigos-fonte são protegidos pela

segurança do sigilo industrial e comercial", afirma. "A lei isenta de responsabilidade os provedores quando não puderem atender às ordens judiciais por impossibilidades técnicas de seus sistemas".

"Assim, a eficácia dessa regra dependerá, principalmente, da cooperação das big techs", acrescenta Pimentel.

Segundo o advogado Raphael de Mattos Cardoso, doutor em direito de Estado, "não está claro como será o controle do uso da inteligência artificial, já que o Brasil ainda não tem legislação a respeito".

O advogado especializado em proteção de dados e inteligência artificial Daniel Becker questiona a responsabilização das empresas caso sejam publicadas informações erradas.

"Imputar aos provedores o ônus de disponibilizar informações distorcidas — que não são produto direto de sua atuação — é uma escolha injusta

Daniel Becker, advogado especializado em proteção de dados e inteligência artificial

para o sigilo industrial e comercial", afirma. "A lei isenta de responsabilidade os provedores quando não puderem atender às ordens judiciais por impossibilidades técnicas de seus sistemas".

"Assim, a eficácia dessa regra dependerá, principalmente, da cooperação das big techs", acrescenta Pimentel.

Segundo o advogado Raphael de Mattos Cardoso, doutor em direito de Estado, "não está claro como será o controle do uso da inteligência artificial, já que o Brasil ainda não tem legislação a respeito".

O advogado especializado em proteção de dados e inteligência artificial Daniel Becker questiona a responsabilização das empresas caso sejam publicadas informações erradas.

"Imputar aos provedores o ônus de disponibilizar informações distorcidas — que não são produto direto de sua atuação — é uma escolha injusta

Daniel Becker, advogado especializado em proteção de dados e inteligência artificial

para o sigilo industrial e comercial", afirma. "A lei isenta de responsabilidade os provedores quando não puderem atender às ordens judiciais por impossibilidades técnicas de seus sistemas".

"Assim, a eficácia dessa regra dependerá, principalmente, da cooperação das big techs", acrescenta Pimentel.

Daniel Becker, advogado especializado em proteção de dados e inteligência artificial

CGU vê irregularidades em obras bancadas por verba ligada a Alcolombure

Thiago Resende

BRASÍLIA. O governo federal identificou uma série de irregularidades em obras em Macapá (AP) bancadas com verbas articuladas pelo senador David Alcolombure (União Brasil-AP), um dos mais influentes parlamentares da Casa.

A auditoria feita pela CGU (Controladoria-Geral da União) apontou pagamento de serviços não executados, erros na licitação e concluiu que a construtora conseguiu, de forma inadequada, qual para participar da concorrência.

A empresa vencedora foi a CCN (Construtora Clementes do Norte), criada pela ex-deputada estadual Franchiça Falcão, que recentemente tornou-se o Pros para integrar a cúpula do MDB no Amapá. Ela é mãe do deputado federal Acácio Favacho (MDB-AP).

A empreiteira foi aberta em 2017, pouco depois da assinatura do convênio de repasse da verba ter sido assinado pelo Ministério das Cidades e a Prefeitura de Macapá, à época comandada por Clécio Luis (Solidariedade), aliado de Alcolombure. Clécio agora é governador do Amapá.

O dinheiro foi usado para pavimentação, construção de ciclovia e melhoria de calçadas em Macapá, entre o Complexo do Aracá, que fica a uma distância da cidade, e as margens do Rio Amazonas, e o Marco Zero do Equador, o ponto turístico mais famoso da capital. Trata-se de um trecho de aproximadamente 2 a 3 km pela Avenida JK.

A Folha apurou que o projeto foi financiado por uma emenda de quase R\$ 5,4 milhões no Orçamento de 2016, que Alcolombure articulou junto à bancada de deputados e senadores do Amapá. Em valores corrigidos pela inflação, o valor equivale a R\$ 7,8 milhões atualmente.

A licitação, conduzida pela Prefeitura de Macapá, chegou a ser questionada na Justiça. Ela foi concluída em 2019 e as obras foram finalizadas somente em 2021.

Ex-secretário de obras de Macapá, David Corre publicou vídeo em setembro de 2022 mostrando máquinas e homens trabalhando à noite no repcapeamento da avenida.

"Requalificação de trechos de ciclovia e melhoria do espaço urbano na JK. A obra contempla a construção de ciclovia. Emenda do (d) David Alcolombure [e] execução da (g) Prefeitura de Macapá", escreveu numa rede social. Ele é o atual secretário de infraestrutura

do Governo do Amapá, ou seja, da equipe de Clécio.

Nessa época, Alcolombure era presidente do Senado. Nessa condição, assumiu a posição de principal negociador de emendas com o governo Jair Bolsonaro (PL), quando o Congresso Nacional passou a alocações fatias maiores do Orçamento via emendas parlamentares.

O Amapá passou a figurar entre os destinos com mais dinheiro direcionado por acordos no Legislativo. Alcolombure, que voltou ao comando do Senado no próximo ano e tem sido apontado como favorito na disputa.

O trecho revitalizado da rodovia JK foi inaugurado em março de 2021. O site do senador informou que foi "mais uma obra de revitalização turística para a capital

feita com recursos do senador David Alcolombure".

Procurado, o senador disse, em nota, que não tem relação com a construtora e a execução das obras, mesmo ligados a emendas, é do Poder Executivo, responsável pela análise técnica e pelo processo licitatório.

"Reforça ainda que confia plenamente nos órgãos de controle e fiscalização e que espera que eles possam cumprir com as suas atribuições para, dessa forma, garantir a boa aplicação dos recursos públicos", concluiu o texto.

A Prefeitura de Macapá não respondeu aos questionamentos. A CCN negou irregularidades e questionou o relatório da CGU.

O Ministério das Cidades disse que, como as obras foram executadas em 2021 e 2022, o convênio com o município passou pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, sob Bolsonaro. O hoje-senador Rogério Marinho (PT-BR) era ministro na época.

Em nota, Marinho disse que sempre atuou dentro das normas e a fiscalização da execução das obras nesses contratos de repasse é de responsabilidade da Caixa Econômica Federal.

A CGU disse que o projeto em Macapá foi auditado pela "relevância e criticidade".

A fiscalização foi feita em 2022, após fim das obras. Ele encontrou trechos da ciclovia que constavam na documentação, mas não foram executados.

Sobre a licitação, os auditores dizem que o processo não foi devidamente divulgado e que o aval da capacidade técnica da CCN foi dado de forma irregular.